



Reunião da CCASP discute monitoramento, escolta armada e segurança em estabelecimentos financeiros



Reunião tratou de escolta armada, monitoramento eletrônico e a atividade nos estabelecimentos financeiros

Com uma pauta extensa a 109ª Reunião da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada – CCASP foi realizada nesta terça-feira (07) na sede da Polícia Federal, em Brasília. Monitoramento eletrônico, escolta armada, estabelecimentos financeiros e a apresentação do novo membro do Exército na Comissão foram temas de discussões entre trabalhadores, empresários e órgãos governamentais.

Monitoramento Eletrônico

O Secretário de Assuntos Jurídicos da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e presidente do Sindicato dos Vigilantes de

Barueri/SP, Amaro Pereira, foi o coordenador do grupo de trabalho sobre monitoramento eletrônico e apresentou relatório final que foi entregue à Polícia Federal. O grupo foi composto por representantes da CNTV, ABCFAV, ABREVIS, ABSO, CONTRAF CUT, FEBRABAN e FENAVIST. Após sete reuniões, ficou entendido que as condições de trabalho dos vigilantes na atividade de monitoramento devem estar em consonância com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR 17. Desse modo, a quantidade de profissionais por câmeras e monitores pode e deve variar para cada local a ser monitorado, devendo ser elaborado laudos técnicos analisando caso por

caso para definir o quantitativo. A matéria gera discussões por contas das legislações vigentes no país e por ser um assunto novo.

“A CNTV acredita que é necessário mais tempo para discutir mais a fundo os pontos inerentes à atividade. A demanda é nova para todos os setores. Temos que discutir quem realmente é esse profissional e a tecnologia. Já o limite de monitores por vigilante esbarra na NR 17. Nós defendemos cursos de aperfeiçoamento específico para o monitoramento” avalia Amaro Pereira.

Escolta Armada

A escolta armada também foi amplamente discutida. A CNTV defendeu a blindagem total dos veículos utilizados nas escoltas. Já os representantes das empresas alegam impossibilidades técnicas e econômicas. “Estamos tratando de vidas. Os vigilantes estão sempre muito expostos. Muitos dos carros disponibilizados pelas empresas são inapropriados, mal conservados e com baixa potência. Não se pode pensar apenas em quem vai pagar a conta. Nós defendemos a blindagem dos carros. Quem quer segurança, deve pagar por ela”, afirma Cláudio José de Oliveira, Secretário Geral da CNTV, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e região e membro titular da CCASP. Foi encaminhada à Polícia Federal a sugestão de novos estudos para discutir a blindagem dos carros.

Outra proposta da CNTV é de que se mantenha a exigência atual da portaria que regulamenta a escolta armada que obriga a manutenção de 04 vigilantes. Os empresários defendem uma readequação de acordo com valor da mercadoria e distância a ser percorrida.

Ponto de consenso no grupo de trabalho sobre escolta armada foi à alteração do modelo

do colete à prova de balas a ser utilizado pelos vigilantes. Atualmente, o modelo nível 2A é o exigido. Com a mudança, os profissionais passariam a usar o modelo nível 2 que traz mais segurança. Ainda em decisão consensual, trabalhadores e empresários, sugeriram novos itens de segurança para as viaturas de escolta armada equipando-as com sistema de rastreamento via GPS e satélite, além de instalação de um botão de pânico que, acionado avisaria ao monitoramento da empresa.

Segurança nos estabelecimentos financeiros

O relatório sobre estabelecimentos financeiros trouxe uma série de sugestões apoiadas pela CNTV. Implantação de portas de segurança individualizada em todas as agências bancárias do país; câmeras de filmagem com camuflagem interna e externa nas áreas de circulação de clientes e usuários, bem como monitoramento em tempo real; armazenamento das filmagens do plano de segurança por 60 dias; instalação de divisórias nos caixas de atendimento e ATMs para garantir a privacidade dos usuários e colocação de biombos nas filas internas para bloquear a visão de “olheiro bandido”. As medidas apresentadas pela ContraCut e apoiadas pela CNTV foram recusadas pela Febraban e, parcialmente rejeitadas, pela Fenavist e ABSO.

Outras propostas também contemplaram ideias já defendidas pela CNTV em outros debates como: manutenção de dois vigilantes por andar nas agências bancárias, inclusive no horário de almoço e durante todo o atendimento ao público; cursos de formação e reciclagem mais específicos em vários ramos da segurança privada que possuem rotinas diferentes, inclusive segurança bancária; e acionamento da empresa de segurança em caso

de alarme disparado para inspeção no local, especialmente no horário noturno (proposta defendida pela ContrafCut).

Custódia de valores

A custódia de valores por transportadoras e/ou pelos bancos também foram debatidos na CCASP. A Polícia Federal comunicou que já oficiou o Banco Central para participar das discussões. O objetivo é a regulamentação da guarda de valores provenientes de instituições financeiras. A CNTV pediu para participar do grupo de estudos já que a segurança dos vigilantes está diretamente ligada ao tema devido ao aumento de ataques às empresas de segurança e carros-fortes.

Exército e a fiscalização de explosivos

O novo membro do Exército brasileiro na CCASP, Coronel Oliveira Neto, apresentou

dados da atuação dos militares na fiscalização e controle de explosivos no país. Segundo ele, foram produzidos no país, nos últimos 12 meses, cerca de 40 mil toneladas de “bananas de dinamite”. Desse total, 1.500 toneladas foram desviadas. Números suficientes para justificarem o aumento de explosões de caixas eletrônicos, empresas e caixas eletrônicos. Por sugestão do Exército, um grupo de estudos será formado por membros do Estado Maior e da CCASP para discutir formas de identificar onde está a fragilidade na distribuição destes explosivos que acabam sendo desviados. Será sugerido que os locais onde são armazenados explosivos (paiol) deverão implantar vigilância 24 horas, com isso dando mais segurança ao destino dos artefatos e, conseqüentemente, gerando mais empregos para os vigilantes.

Fonte: SVNIT / Fotos: Willian Chaves



Bancários gaúchos querem vigilância 24 horas nas agências de bancos e do Sicredi



Assembleia aprovou proposta de vigilâncias nas instituições bancárias 24h por dia

A reivindicação de vigilância 24 horas nas agências não é somente dos vigilantes, mas também passou a ser dos bancários gaúchos, que aprovaram a proposta na plenária deliberativa da 18ª Conferência Estadual, ocorrida no último domingo (5), na sede nova da Fetraf-RS, em Porto Alegre. A demanda será encaminhada à 18ª Conferência Nacional, a ser realizada no final de julho, em São Paulo, para ser incluída na minuta da campanha salarial deste ano, que será negociada com a Fenaban.

“A volta da vigilância 24 horas nas agências bancários é uma reivindicação dos trabalhadores da segurança privada, que deve ser apoiada pelos bancários. Quando os bancos contratavam vigilantes noturnos, há alguns anos atrás, não tinha essa onda de ataques aos estabelecimentos”, afirma o diretor do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e da Contraf-CUT e secretário de Comunicação da CUT-RS, Ademir Wiederkehr.

“Os banqueiros, ao cortarem milhares de vigilantes noturnos, reduziram os seus custos, mas as agências ficaram mais vulneráveis e quase todos os dias ocorrem explosões de caixas eletrônicos diante da fragilidade de segurança das agências”, destaca Ademir, ex-coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária. “Agência não é boutique”, lembra o dirigente sindical.

Leis municipais

A proposta também está sendo levada pelo Sindicato dos Vigilantes do Sul aos vereadores de todo o Estado, visando a aprovação de leis municipais para obrigar as agências de bancos públicos e privadas e das cooperativas de crédito, como o Sicredi que atua como instituição financeira, a contratar vigilância armada, diuturnamente, perfazendo as 24 horas do dia, inclusive finais de semana e feriados.

Segundo o presidente do SindiVigilantes do Sul, Loreni Dias, esse projeto nasceu em Pelotas, onde já foi aprovado pela Câmara Municipal e depois sancionado. “A lei já está em vigor”, disse.

Em seguida também virou lei em Canguçu, Arroio Grande e Pedro Osório. Já foi encaminhado pelo Sindicato para debate com os vereadores de mais de 100 municípios. Na última sexta-feira (3) o projeto foi assunto de audiência pública em Caxias do Sul, onde recebeu o apoio dos bancários.

“A inclusão da vigilância 24 horas na pauta de reivindicações dos bancários vai reforçar a demanda dos vigilantes e estreitar ainda mais os laços de parceria e solidariedade na luta entre as duas categorias”, conclui Ademir.

Fonte: CUT-RS

Próxima sexta é um passo rumo à greve geral

Em encontros em Brasília, o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, falou a senadores e jornalistas sobre a construção da greve geral.



Vagner, Lula e lideranças em ato no Rio

Em diferentes encontros em Brasília, o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, falou a senadores e jornalistas sobre a construção da greve geral.

Dia 10 é Dia Nacional De Mobilização, de luta em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, de construção, de aquecimento para uma greve geral que ainda não tem data marcada. As bandeiras desse dia serão 'Fora, Temer' e 'nenhum direito a menos'.

Como em outras mobilizações realizadas pela CUT e pelos movimentos sociais nos últimos meses, os trabalhadores podem atrasar a entrada, fazer assembleias, paralisar as atividades durante a manhã ou durante 24 horas, como a FUP (Federação Única dos Petroleiros) decidiu

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

fazer e, no fim do dia, fazerem um grande ato em uma avenida ou praça pública das cidades.

A greve geral está sendo construída, mas só vai ocorrer quando o governo interino do vice-presidente interino Michel Temer encaminhar para o Congresso Nacional as medidas de retirada de direitos que vêm sendo anunciadas via imprensa.

“A CUT está construindo uma greve geral com suas bases para lutar contra retrocessos, retirada de direitos, como da previdência social, da educação, da saúde, a mudança no regime do pré-sal, como Michel Temer, o golpista interino vem anunciando”, completou o presidente da CUT.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF